



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

Requerimento N° _____, de 2016.

(Da Sra. Erika Kokay)

Requer a criação, no âmbito deste Colegiado, da **Comissão da Verdade sobre os Manicômios no Brasil**, para resgatar a memória e a história dos holocaustos, na perspectiva de romper com a lógica manicomial e contribuir para a implementação da Reforma Psiquiátrica.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex.^a, nos termos do art. 29, I, do Regimento Interno, a criação da Comissão da Verdade sobre os Manicômios no Brasil, para resgatar a memória e a história dos holocaustos, na perspectiva de romper com a lógica manicomial e contribuir para a implementação da Reforma Psiquiátrica.

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento objetiva a criação da **Comissão da Verdade sobre os Manicômios no Brasil**, no âmbito deste Colegiado, com vistas a romper com a lógica manicomial e contribuir para a implementação da Reforma Psiquiátrica.

O movimento da Luta Antimanicomial em nosso País tem origem em fins da década 80 e nasce profundamente marcado pelo ideário de defesa dos direitos humanos e do pleno resgate da cidadania das pessoas que vivem com transtornos mentais. Insere-se, portanto, no contexto dos esforços pela redemocratização.

Na esteira desse ideário, entendemos que a criação de uma Comissão da Verdade na CDHM é fundamental para passarmos a limpo histórias trágicas, dentre tantas outras, como a do manicômio que se tornou uma terrível marca do tratamento psiquiátrico brasileiro: o Hospital Colônia de Barbacena. Passar a limpo os verdadeiros holocaustos brasileiros que por muito tempo permaneceram escondidos em um passado desconhecido pelo conjunto da sociedade. É preciso que nos apropriemos da nossa memória, da nossa história para que possamos impedir que a lógica desumana e trágica volte a acontecer. Para fecharmos os ciclos de horror é preciso conhecê-los, de modo que transformemos em realidade a Reforma Psiquiátrica.

A reforma psiquiátrica, ainda em implementação, já contribuiu para que o Estado considere sujeitos de direitos as pessoas com sofrimento psíquico, o que tem



CÂMARA DOS DEPUTADOS

mudado a orientação da política pública, buscando criar as condições de sociabilidade dessas pessoas, uma vez que estudos revelam que são as condições sociais que, prioritariamente, geram esse sofrimento. A reforma psiquiátrica é uma política em construção, é um processo a ser implementado dia-a-dia e só se consolidará definitivamente com a participação ativa das pessoas assistidas, dos profissionais, das entidades e da sociedade.

Em face do exposto, solicitamos o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em _____, de 2016.

Deputada **ERIKA KOKAY-PT/DF**